



Costa Oeste
Transmissora de Energia

Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

CNPJ 14.507.191/0001-97

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba – PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022



SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
BALANÇOS PATRIMONIAIS	8
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	10
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO	13
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	15
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	20
5. CLIENTES	20
6. ATIVO DE CONTRATO.....	21
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	22
8. FORNECEDORES.....	22
9. TRIBUTOS	22
10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	23
11. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	24
12. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES	25
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25
14. RECEITA OPERACIONAL.....	26
15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	26
16. RESULTADO FINANCEIRO	27
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	27
18. GERENCIAMENTO DE CAPITAL	30
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	30
20. SEGUROS	31
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	32
PARECER DO CONSELHO FISCAL	35

À ACIONISTA

A Administração da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2022, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Curitiba, 14 de abril de 2023

Marcio Raphael Ploszaj

Diretor Executivo

A COMPANHIA

A Costa Oeste Transmissora de Energia S.A (Costa Oeste ou Companhia), instituída em outubro de 2011, é uma empresa que atua na área de transmissão de energia elétrica como uma sociedade de propósito específico - SPE e tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora).

Foi constituída com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações de transmissão do Edital do Leilão nº 04/2011 - Aneel. O edital originou o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia nº 001/2012 - Aneel, composto pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 144,76 km, com origem na Subestação Cascavel Oeste e término na Subestação Umuarama Sul e pela Subestação Umuarama Sul, com transformação 230/138 kV - 300 MVA e respectivas conexões de unidades transformadoras, entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado do Paraná.

A empresa Caiuá Transmissora de Energia S.A., por meio do Contrato de Transferência não Onerosa de Bens nº 001/2014, em atendimento aos critérios para a composição da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, formalizado pela Resolução Normativa nº 67/2004 e ao Edital de Leilão nº 006/2011 - Aneel, transferiu para a Costa Oeste as Instalações do Seccionamento da Linha de Transmissão Cascavel Oeste - Umuarama Sul 230 kV da Costa Oeste.

Após o Seccionamento da Linha de Transmissão Cascavel Oeste - Umuarama Sul 230 kV os ativos da Costa Oeste ficaram com a seguinte configuração:

- Uma Entrada de Linha de Transmissão 230kV, na Subestação Cascavel Oeste da Copel GeT, no município de Cascavel - PR;
- Duas Entradas de Linha de Transmissão 230kV, na Subestação Cascavel Norte da SPE Caiuá, no município de Cascavel - PR;
- Linha de Transmissão CS 230kV, com 29,60 km de extensão que interliga a Subestação Cascavel Norte com a Subestação Cascavel Oeste, com 64 torres e trecho de seccionamento com 7,30 km de extensão com 28 torres de circuito duplo compartilhadas, passando pelos municípios de Cascavel e Santa Tereza do Oeste;
- Linha de Transmissão CS 230kV, com 129,76 km de extensão que interliga a subestação Cascavel Norte com a Subestação Umuarama Sul, com 303 torres e trecho de seccionamento com 7,30 km de extensão com 28 torres de circuito duplo compartilhadas, passando por 9 municípios da região;
- Subestação Umuarama Sul de 230/138kV com 02 Transformadores trifásicos de 150 MVA, situada no município de Umuarama - PR.
- Duas Entradas de Linha em 138 kV na Subestação Umuarama Sul da Copel Distribuição S.A, no município de Umuarama - PR;

Este empreendimento entrou em operação comercial em agosto de 2014, com investimentos à época de R\$ 82,5 milhões, auferindo a partir desta data as parcelas mensais da Receita Anual Permitida - RAP, previstas no Contrato de Concessão nº 001/2012, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Adicionalmente, ainda em agosto de 2014, celebrou o Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST nº 014/2012 com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, passando a integrar Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Em 2018, foi celebrado Contrato de Permuta de Ações Societárias, entre a Copel GeT e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A., tendo como anuentes a Costa Oeste, a Marumbi Transmissora de Energia S.A. e a Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.

Pelo acordo, transferiu-se as ações pertencentes a Eletrosul Centrais Elétricas S.A para a Copel GeT, ficando com 100% das ações da Costa Oeste.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em milhares de reais	2022	2021	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	154.222	132.400	16,5
Caixa e equivalentes de caixa	10.333	6.754	53,0
Títulos e valores mobiliários	1.511	1.365	10,7
Dívida total	13.440	16.294	(17,5)
Dívida líquida	1.596	8.175	(80,5)
Receita operacional bruta	33.877	24.409	38,8
Deduções da receita	1.155	1.045	10,5
Receita operacional líquida	32.722	23.364	40,1
Custos e despesas operacionais	3.082	3.167	(2,7)
Resultado das atividades	29.640	20.197	46,8
Ebitda ou Lajida	29.650	20.208	46,7
Resultado financeiro	(292)	(869)	(66,4)
IRPJ/CSLL	1.342	818	64,1
Lucro operacional	29.348	19.328	51,8
Lucro líquido do exercício	28.006	18.510	51,3
Patrimônio líquido	126.271	104.916	20,4
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,5	1,3	15,4
Liquidez geral (índice)	5,5	4,8	14,6
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	90,6	86,5	4,7
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	10,6	15,5	(31,6)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	89,7	82,7	8,5
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	85,6	79,2	8,1
Participação de capital de terceiros (%)	18,1	20,8	(13,0)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	26,7	20,1	32,8

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)



COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho MARCIO LUIS BLOOT
Membros DAIANE MEDINO WOTKOSKI
ELOIR JOAKINSON JUNIOR
JUAREZ RIBAS TEIXEIRA JUNIOR
MILTON FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR
THAIS CERCAL DALMINA LOSSO

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho ITAMAR PINTO PAZ
Membros Titulares KLEBERSON LUIZ DA SILVA
LUIZ HENRIQUE DE MELLO
WALTER GUANDALINI JUNIOR
Membros Suplentes ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISSY
ANGELA BEATRIZ ALCAIDE
FABIANO LUFT CHUDZIKIEWICZ
FELIPE SANTOS RIBAS

DIRETORIA

Diretor Executivo MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Diretor Administrativo-Financeiro ADRIANO FEDALTO

CONTADOR

CRC-PR-058084/O-0 MICHAEL LUIZ DE SOUZA

Balanços Patrimoniais

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.333	6.754
Clientes	5	1.773	1.444
Ativos de contrato	6	2.926	2.293
Outros créditos		4	4
Imposto de renda e contribuição social		117	35
Despesas antecipadas		63	41
		15.216	10.571
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	1.511	1.365
Ativos de contrato	6	137.215	120.172
Outros créditos		247	248
		138.973	121.785
Imobilizado		-	2
Intangível		33	42
		139.006	121.829
TOTAL DO ATIVO		154.222	132.400

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	8	79	81
Fornecedores	8	209	174
Imposto de renda e contribuição social	9	140	106
Outras obrigações fiscais	9	62	55
Empréstimos e financiamentos	10	2.805	2.992
Dividendos a pagar	13.2	6.651	4.396
Encargos setoriais a recolher		66	64
Pesquisa e desenvolvimento	11	21	17
Outras contas a pagar		9	5
		10.042	7.890
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	4.648	3.951
Empréstimos e financiamentos	10	10.635	13.302
Pesquisa e desenvolvimento	11	356	305
Provisões para litígios	12	2.270	2.036
		17.909	19.594
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13.1	53.000	46.850
Reserva legal	13.2	5.739	4.339
Reserva de retenção de lucros	13.2	67.532	53.727
		126.271	104.916
TOTAL DO PASSIVO		154.222	132.400

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	32.722	23.364
Custos Operacionais	15	(2.428)	(2.594)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		30.294	20.770
Outras Despesas Operacionais	15		
Despesas com vendas		-	13
Despesas gerais e administrativas		(588)	(531)
Outras despesas operacionais		(66)	(55)
		(654)	(573)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		29.640	20.197
Resultado Financeiro	16		
Receitas financeiras		926	252
Despesas financeiras		(1.218)	(1.121)
		(292)	(869)
LUCRO OPERACIONAL		29.348	19.328
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9.1		
Imposto de renda e contribuição social		(644)	(489)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(698)	(329)
		(1.342)	(818)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		28.006	18.510

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	31.12.2022	31.12.2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	28.006	18.510
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	28.006	18.510

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2021		46.850	3.413	40.539	-	90.802
Lucro líquido do exercício		-	-	-	18.510	18.510
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	13.2	-	926	-	(926)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	(4.396)	(4.396)
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	-	13.188	(13.188)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		46.850	4.339	53.727	-	104.916
Lucro líquido do exercício		-	-	-	28.006	28.006
Aumento de capital		6.150	-	(6.150)	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	13.2	-	1.400	-	(1.400)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	(6.651)	(6.651)
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	-	19.955	(19.955)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		53.000	5.739	67.532	-	126.271

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		28.006	18.510
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período com a geração de caixa das atividades operacionais:			
Encargos, variações monetárias não realizadas - líquidas		1.219	1.121
Remuneração de contratos de concessão de transmissão	6	(31.062)	(20.659)
Imposto de renda e contribuição social	9.1	644	489
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	698	329
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	11.2	150	133
Depreciação e amortização	15	10	11
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	15	1	(13)
		(334)	(79)
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		13.565	11.850
Outros créditos		1	4
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(82)	(15)
Despesas antecipadas		(22)	(24)
		13.462	11.815
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		(2)	4
Fornecedores		(240)	(1.272)
Outras obrigações fiscais		7	3
Encargos setoriais a recolher		2	33
Pesquisa e desenvolvimento	11.2	(104)	(175)
Outras contas a pagar		4	-
		(333)	(1.407)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		12.795	10.329
Imposto de renda e contribuição social pagos		(610)	(476)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	10.2	(1.114)	(1.120)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		11.071	8.733
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(146)	(50)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(146)	(50)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	10.2	(2.950)	(2.944)
Dividendos pagos		(4.396)	(3.764)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(7.346)	(6.708)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.579	1.975
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	6.754	4.779
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	10.333	6.754
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.579	1.975

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais**

1. Contexto Operacional

A Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. (Costa Oeste ou Companhia) é uma companhia de capital fechado com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bairro Mossunguê, CEP 81.200-240, na cidade de Curitiba, estado do Paraná. Possui a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como único acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Suas atividades de construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Energia nº 001/2012 - Aneel. O prazo da concessão, de 30 anos contado a partir da data de celebração do contrato, se encerra em 11.01.2042.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14.04.2023.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- NE nº 3.1 - Instrumentos Financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 6 - Ativos de contrato: definição da taxa de remuneração dos contratos, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos de caixas;
- NE nºs 3.3 e 5 - Perdas de créditos esperadas: estimativa de valores que não serão recebidos
- NEs nºs 3.4 e 12 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NE nº 3.5 e 14 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e de margem de construção.

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3. Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

3.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Ativos de contrato

Representa o saldo dos contratos de serviço público de transmissão de energia elétrica firmados com o Poder Concedente para construir, operar e manter as linhas e subestações de alta tensão dos centros de geração até os pontos de distribuição.

Durante a vigência do contrato de concessão a Companhia recebe, condicionado a sua *performance*, uma remuneração denominada Receita Anual Permitida - RAP que amortiza os investimentos realizados na construção da infraestrutura e também faz frente aos custos de operação e manutenção incorridos.

Após o início da operação comercial e na medida em que o serviço de operação e manutenção – O&M é prestado, a parte da RAP referente a receita de O&M é reconhecida no resultado ao valor justo, mensalmente, e faturada em conjunto com a parte da receita reconhecida na fase de construção, referente a remuneração dos ativos construídos. Este valor faturado após o cumprimento da performance de O&M é reclassificado para o ativo financeiro na rubrica de clientes até o seu recebimento efetivo.

A Companhia estima sua receita na fase de construção a valor justo com base no custo orçado da obra e utilizado pela administração como parâmetro para o lance no leilão da concessão. A receita a valor justo é composta pelo custo orçado para todo período de construção acrescido da margem de construção, que representa o lucro suficiente para cobrir os gastos de gerenciamento e acompanhamento da obra.

A taxa de remuneração de cada concessão é determinada pela projeção do custo esperado, da margem de lucro sobre o custo na fase de construção e também da projeção da RAP a ser recebida, já líquida da estimativa da contraprestação variável (PV) e da parte da RAP da performance de O&M. Essa técnica de avaliação de valor justo pela abordagem de receita desconta o fluxo de caixa de todo o período da concessão, determinando no reconhecimento inicial a taxa implícita que zera o fluxo ao longo do tempo. Essa taxa de remuneração é fixada no momento inicial e não se altera durante a performance do contrato e representa a taxa de mercado vigente a época nas condições da negociação entre partes.

O ativo proveniente da construção da infraestrutura de transmissão é formado pelo reconhecimento da receita de construção, conforme o percentual completado da obra (NE nº 3.6) e por sua remuneração financeira (NE nº 3.5.2).

A Companhia reconhece os ganhos e perdas por eficiência ou ineficiência na construção da infraestrutura e em função de revisão tarifária periódica - RTP, quando incorridos, diretamente no resultado do exercício.

No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção da infraestrutura, este será recebido diretamente do Poder Concedente, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao custo de construção.

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais não provisionados relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício, exceto os custos ou despesas para renovação das licenças, que são registrados como ativo intangível e amortizado pelo prazo da vigência da licença.

3.5 Reconhecimento da receita

3.5.1 Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida.

As receitas da Companhia são auferidas pela disponibilidade da rede elétrica por meio da remuneração do ativo de contrato e da operação e manutenção da infraestrutura de transmissão de energia elétrica.

3.5.2 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Em relação ao ativo de contrato da concessão de transmissão de energia elétrica, é reconhecida a receita de remuneração financeira utilizando a taxa de remuneração implícita fixada no início de cada projeto, a qual é apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

3.6 Receita de construção e custo de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica são reconhecidas ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra.

Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

A margem de construção adotada para a atividade de transmissão relativa aos exercícios de 2022 e de 2021 é de 1,65% e deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime tributário do lucro presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL.

O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de presunção de 8% da receita bruta (faturamento regulatório), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de presunção de 12% da receita bruta.

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF).

Adicionalmente, a companhia reconhece imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a receita financeira provisionada e sobre a remuneração e margem de construção do contrato de concessão.

3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2022

A partir de 1º.01.2022 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
- (ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;

Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);

- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);
- (v) CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “*sale and leaseback*” (a partir de 1º.01.2024);
- (vi) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	1.054	919
Aplicações financeiras de liquidez imediata	9.279	5.835
	10.333	6.754

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São as operações de alta liquidez, sem restrições de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação são remuneradas entre 96,0% e 101,0% (96,0% e 98,30% em 2021) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2022	31.12.2021
Encargos de uso da rede elétrica	1.775	2	-	1.777	1.450
(-) Perdas de créditos esperadas	-	-	(4)	(4)	(6)
	1.775	2	(4)	1.773	1.444

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os avisos de créditos - AVCs relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a

cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão.

6. Ativo de Contrato

Em 1º.01.2021	112.640
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(12.032)
Apropriação de litígios	575
Remuneração	20.659
Receita de construção	623
Margem de construção	10
Perda por eficiência (6.1)	(10)
Em 1º.01.2022	122.465
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(13.895)
Apropriação de litígios	234
Remuneração	17.792
Receita de construção	275
Ganho por eficiência (6.1)	13.270
Em 31.12.2022	140.141
	Circulante 2.926
	Não circulante 137.215

6.1 Ganho (perda) por eficiência ou ineficiência na implementação e operação de infraestrutura de transmissão

Na construção e operação da infraestrutura de transmissão, esperam-se possíveis impactos positivos ou negativos em função de atrasos e custos adicionais por questões ambientais, variação dos custos, principalmente com cabos e estruturas quando indexados à moeda estrangeira, custos adicionais de servidão e negociações fundiárias, eventuais imprevistos de terraplanagem, antecipação de prazos de operação comercial e revisão/reajuste da RAP conforme as regras regulatórias e as cláusulas contratuais. Alterações no projeto original que afetem sua lucratividade são reconhecidas diretamente no resultado quando incorrido, exceto a parte da RAP relacionada a performance de operação e manutenção dos ativos que é reconhecida a medida em que os serviços são executados. Em 21.06.2022, a Aneel homologou a 2ª revisão tarifária do contrato de Costa Oeste, apurando um ganho de R\$ 13.270.

6.2 Premissas adotadas para o cálculo do ativo de contrato

	31.12.2022	31.12.2021
Margem de construção	1,65%	1,65%
Margem de operação e manutenção	1,65%	1,65%
Taxa de remuneração (a)	8,91% a.a.	8,91% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA
RAP anual, conforme Resolução Homologatória	18.285	14.778

(a) Taxa média ponderada do contrato e das resoluções de reforços e melhorias posteriores.

7. Títulos e valores mobiliários

O saldo, classificado como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, corresponde à conta reserva mantida como garantia para o contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES (NE nº 10).

8. Fornecedores

O saldo corresponde, principalmente, aos valores devidos pela prestação de serviços de operação e manutenção

9. Tributos

	31.12.2022	31.12.2021
Passivo circulante		
Imposto de renda e contribuição social	140	106
Outras obrigações fiscais		
PIS/Pasep e Cofins	50	44
Outros tributos	12	11
	202	161
Passivo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Contratos de concessão	4.428	3.885
Rendimentos de aplicações financeiras	220	66
	4.648	3.951

Baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, a Companhia constituiu crédito fiscal diferido sobre a receita financeira provisionada e sobre a remuneração e margem de construção do contrato de concessão, com expectativa de realização conforme quadro a seguir:

2023	(280)
2024	(280)
2025	(280)
2026	(265)
2027	(221)
2028 a 2030	(664)
2031 a 2033	(2.658)
	(4.648)

9.1 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2022		31.12.2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Imposto de renda e contribuição social				
Faturamento regulatório	16.173	16.173	14.522	14.522
Alíquota	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.294	1.941	1.162	1.743
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, liquidas de IOF	475	475	173	173
Ganho de capital	26	26	22	22
(=) Base de cálculo	1.795	2.442	1.357	1.938
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social provisionados	424	220	315	174
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Contratos de concessão	17.676	17.676	9.818	9.818
Alíquota	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.414	2.121	785	1.178
Receita financeira provisionada	453	453	76	76
(=) Base de cálculo	1.867	2.574	861	1.254
Imposto de renda e contribuição social diferidos	466	232	216	113

10. Empréstimos e financiamentos

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	31.12.2022	31.12.2021
BNDDES							
13212221 - A	03.12.2013	168	30.11.2028	1,95% + TJLP	27.634	12.842	14.898
13212221 - B	03.12.2013	106	30.09.2023	3,50%	9.086	598	1.396
						13.440	16.294
					Circulante	2.805	2.992
					Não circulante	10.635	13.302

Destinação: Implantação de linha de transmissão entre as subestações Cascavel Oeste e Umuarama Sul e implantação da subestação Umuarama Sul.

Garantias: Cessão fiduciária de direitos creditórios; 100% das ações penhoradas.

10.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2024	2.163
2025	2.163
2026	2.163
2027	2.163
2028	1.983
	10.635

10.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Em 01.01.2021	19.240
Encargos e variação monetária	1.118
Amortização - principal	(2.944)
Pagamento - encargos	(1.120)
Em 31.12.2021	16.294
Encargos e variação monetária	1.210
Amortização - principal	(2.950)
Pagamento - encargos	(1.114)
Em 31.12.2022	13.440

10.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

O contrato de financiamento junto ao BNDES requer a manutenção do Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD superior a 1,3 de modo que o descumprimento poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2022, todos os indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

11. Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

11.1 Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2021
FNDCT	-	12	-	12	10
MME	-	6	-	6	5
P&D	248	4	107	359	307
	248	22	107	377	322
			Circulante	21	17
			Não circulante	356	305

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

11.2 Mutação dos saldos de P&D

	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2021	9	4	348	361
Constituições	57	27	50	134
Juros	-	-	2	2
Recolhimentos	(57)	(26)	(92)	(175)
Em 1º.01.2022	9	5	308	322
Constituições	60	30	60	150
Juros	-	-	9	9
Recolhimentos	(57)	(29)	(18)	(104)
Em 31.12.2022	12	6	359	377

12. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por este motivo, esta informação não é fornecida.

Em 31.12.2022 o saldo de Provisões para litígios de R\$ 2.270 (R\$ 2.036 em 31.12.2021) refere-se a ações judiciais de natureza cível, referente aos processos de indenizações relacionadas às faixas de servidão das linhas de transmissão.

Passivos contingentes são obrigações decorrentes de eventos passados sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2022 e 31.12.2021 a Companhia não possui passivos contingentes.

13. Patrimônio Líquido

13.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2022, no valor de R\$ 53.000 (R\$ 46.850 em 31.12.2021) é composto por 46.850.000 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

13.2 Resultado por ação

	31.12.2022	31.12.2021
Numerador básico e diluído		
Resultado líquido básico e diluído alocado por classes de ações	28.006	18.510
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações	50.556.849	46.850.000
Resultado líquido do período básico e diluído por ação	0,55396	0,39509

13.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos dividendos.

Conforme estabelecido no art. 199 da lei 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Assim, pelo mesmo motivo que ocorreu ao final do exercício de 2021, quando foi deliberado um aumento de Capital Social de R\$ 6.150 conforme apontado na DMPL haverá deliberação por um novo aumento de Capital Social em R\$ 20.000 na próxima assembleia.

13.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2022	31.12.2021
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	28.006	18.510
Reserva legal (5%)	(1.400)	(926)
	26.606	17.584
Dividendos propostos		
Dividendo mínimo obrigatório	6.651	4.396
	6.651	4.396
Valor do dividendo por ação	0,000132	0,000094

14. Receita Operacional

	31.12.2022	31.12.2021
Receita de operação e manutenção - O&M	6.721	3.106
Receita de juros efetivos e correção monetária	26.856	20.659
Receita de construção (a)	275	623
Outras receitas	25	21
(-) PIS/Pasep e Cofins	(590)	(530)
(-) Pesquisa e desenvolvimento	(150)	(133)
(-) Encargos setoriais	(415)	(382)
	32.722	23.364

(a) No saldo está contido o valor da receita de construção, a margem de construção e o ganho ou perda por eficiência conforme detalhado na NE nº 6.

15. Custos e despesas operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	31.12.2022	31.12.2021
Pessoal e administradores	-	(239)	-	(239)	(244)
Planos previdenciário e assistencial	-	(26)	-	(26)	(15)
Material	(11)	(26)	-	(37)	(31)
Serviços de terceiros	(2.117)	(62)	-	(2.179)	(1.999)
Depreciação e amortização	-	(10)	-	(10)	(11)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	-	(1)	(1)	13
Custo de construção	(275)	-	-	(275)	(623)
Outros custos e despesas operacionais	(25)	(225)	(65)	(315)	(257)
	(2.428)	(588)	(66)	(3.082)	(3.167)

16. Resultado Financeiro

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	922	232
Rendimento sobre depósitos judiciais	-	6
Acréscimos moratórios sobre faturas	4	14
	926	252
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	1.210	1.118
Outras despesas financeiras	8	3
	1.218	1.121
Líquido	(292)	(869)

17. Instrumentos Financeiros

17.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2022		31.12.2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	10.333	10.333	6.754	6.754
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	1.511	1.511	1.365	1.365
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		1.773	1.773	1.444	1.444
Total dos ativos financeiros			13.617	13.617	9.563	9.563
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	8		209	209	174	174
Empréstimos e financiamentos (c)	10		13.440	12.338	16.294	15.795
Total dos passivos financeiros			13.649	12.547	16.468	15.969

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Utilizado como premissa básica o custo do maior valor da última captação realizada pela Copel, CDI + *spread* de 1,22%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

17.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

17.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento

financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa (a)	10.333	6.754
Títulos e valores mobiliários (a)	1.511	1.365
Clientes (b)	1.773	1.444
	13.617	9.563

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de contas a receber, detectando os consumidores inadimplentes e implementando políticas específicas de cobrança.

17.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos seguintes. A partir de 2027, repetem-se os indicadores de 2026 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2022							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 10	333	662	2.727	10.861	2.108	21.277
Fornecedores	-	209	-	-	-	-	209
		542	662	2.727	10.861	2.108	21.486
31.12.2021							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 9	536	1.328	5.995	26.881	37.339	72.079
Fornecedores		174	-	-	-	-	174
		710	1.328	5.995	26.881	37.339	72.253

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

17.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 / IFRS 7 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 12,50% e TJLP - 7,05%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no

cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários Projetados		
		31.12.2022	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	1.511	1.700	1.653	1.605
		1.511	1.700	1.653	1.605
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Alta TJLP	(12.842)	(906)	(1.132)	(1.358)
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Sem risco	(598)	-	-	-
		(13.440)	(906)	(1.132)	(1.358)

18. Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	13.440	16.294
(-) Caixa e equivalentes de caixa	10.333	6.754
(-) Títulos e valores mobiliários	1.511	1.365
Dívida líquida	1.596	8.175
Patrimônio líquido	126.271	104.916
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,01	0,08

19. Transações com Partes Relacionadas

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Controlador								
Companhia Paranaense de Energia								
Compartilhamento	-	-	-	5	-	-	-	-
Copel Geração e Transmissão S.A								
Dividendos	-	-	6.651	4.396	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	12	11	-	-	125	127	-	-
Contrato de operação e manutenção	-	-	186	166	-	-	(2.089)	(1.917)
Serviços de engenharia do proprietário	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Compartilhamento	-	-	58	49	-	-	-	-
Entidades com influência significativa								
BNDES e BNDESPAR - Financiamentos (a)	-	-	13.440	16.294	-	-	(1.210)	(1.118)
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão								
Rede básica e conexão	535	414	-	-	5.191	4.138	-	-
Compartilhamento	-	-	17	22	-	-	-	-
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	5	4	-	-	52	52	-	-
UEG Araucária Ltda.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	1	1	-	-	12	11	-	-
Eólicas (b)								
Compartilhamento	-	-	4	5	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	1	1	-	-	15	11	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários	-	-	-	-	-	-	(22)	(24)
Encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)

(a) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que, por sua vez, possui ações da Companhia Paranaense de Energia - Copel. As informações do financiamento estão detalhadas na NE nº 10.

(b) Empreendimentos de geração de energia eólica, cujas ações pertencem à Copel GeT.

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

20. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2024	130.443
Riscos Nomeados	24.08.2023	12.521

(a) O valor da importância segurada foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2022, de R\$ 5,2177.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 14 de abril de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1



PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2022 E SOBRE A PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2022

Os membros do Conselho Fiscal da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a proposta de destinação do lucro líquido verificado no exercício de 2022. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que elas estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba 14 de abril de 2023

(assinado eletronicamente)
ITAMAR PINTO PAZ
Presidente

(assinado eletronicamente)
KLEBERSON LUIZ DA SILVA

(assinado eletronicamente)
LUIZ HENRIQUE DE MELLO

(assinado eletronicamente)
WALTER GUANDALINI JUNIOR



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

